

A paternidade do CAQi (e do CAQ)

Luiz Araújo (UnB)

Hoje é muito comum vermos voando nos céus das grandes cidades – ou em filmes de aventura e guerra – poderosos helicópteros. Normalmente o crédito da invenção deste tipo de aeronave é dado a Leonardo da Vinci. Cabe a ele a ideia pouco prática de um helicóptero no século XV. Alguns autores afirmam que ele copiou de modelos trazidos por comerciantes chineses. Não é possível cravar.

O certo é que somente no século XX é que teríamos os primeiros aviões e também os primeiros helicópteros. Desenvolvedores de todo o mundo abriram caminho para este tipo de aeronave, viabilizando-a.

Segundo consta, o primeiro voo bem-sucedido e registrado de um helicóptero ocorreu em 1907, realizado por Paul Cornu, na França. Entre 1920 e 1926, o argentino Raul Panteras Pescaras fez vários testes aportando o desenvolvimento do ajuste angular das pás para melhor controle da futura aeronave. Porém, o primeiro voo de um helicóptero completamente controlável foi demonstrado por Hanna Reitsch em 1937 em Berlim, na Alemanha. Ele conduziu um Focke-Wulf 61.

No início da década de 1940, Igor Sikorsky, foi o responsável pelo aparecimento do lendário Sikorsky R-4. E, em 1941, Igor adaptou flutuadores num Vought-Sikorsky VS-300 tornando-o o primeiro helicóptero anfíbio prático do mundo. Em 1946, foi lançada a produção do Bell 47B, que atingia uma velocidade de 140km/h, com duas pessoas a bordo. Entretanto, no fim dos anos 50, os helicópteros começam a especializar-se e a desenvolver-se, atingindo velocidades de 260 km/h, com até 44 lugares a bordo.

Certamente, outros inventores trarão novos aportes à aeronave. E se Leonardo da Vinci teve a ideia básica do modelo do helicóptero, o fato é que foi preciso de muitos outros profissionais para tirá-la do papel.

A paternidade do CAQi e do CAQ

Está ocorrendo (nos bastidores) um debate no mínimo inusitado: de quem é a paternidade do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e do Custo Aluno-Qualidade (CAQ)? Acho tudo isso especialmente estranho por que ainda não temos implementado o padrão mínimo de qualidade (CAQi), muito menos o padrão de qualidade (CAQ). Ou seja, perder tempo discutindo quem é o pai da criança, quando isso não é o mais importante, ao invés de salvá-la e prover o seu sustento é uma enorme perda de tempo. Mas “para não dizer que não falei de flores”, apresento a minha opinião sobre o tema, como pesquisador e testemunha de fatos.

Em primeiro lugar, o debate sobre custos educacionais é bastante antigo, existindo vários autores preocupados em tentar calcular os custos de uma escola, de uma rede, etc. Poderíamos dar o crédito do CAQi e do CAQ a todos eles. Para citar apenas um, escolho Robert Verhine, que desenvolveu os conceitos de Custo Aluno - Manutenção do Ensino (CA-MAN) e o Custo Aluno - Econômico (CA-ECO). Mas não é o caso.

Em segundo lugar, poderíamos procurar nas notas taquigráficas e verificar qual parlamentar, deputado ou senador, ou entidade da sociedade civil, apresentou a sugestão de incluir na Carta Magna a necessidade de um padrão mínimo de qualidade. Certamente foi essa pessoa quem motivou todos os estudos posteriores, pois criou uma obrigação constitucional que deveria encontrar respaldo e resposta em ações governamentais.

Em terceiro lugar, como já soube que tem sido levantado, os pais do CAQi e do CAQ seriam os autores (ou “encomendadores”) da pesquisa “Custos e condições de qualidade da educação em escolas públicas: aportes de estudos regionais”. Como participei ativamente deste processo – em 2003 eu ocupava a presidência do INEP quando foi feita a encomenda –, posso falar um pouco sobre isso, com evidente propriedade.

Realmente foi desenvolvido um importante estudo. Se não me engano, foi um dos primeiros financiados pelo Inep e realizado por um conjunto de pesquisadores de diferentes instituições federais. Coube a Nalú Farenzena (UFRGS) e Robert Verhine (UFBA) coordenar a coleta. Como base, foi feita uma seleção de escolas consideradas de boa qualidade por suas redes de ensino. O estudo poderia ter influenciado muitas políticas públicas educacionais, mas foi jogado no ostracismo. Infelizmente, seu uso chegou a ser vetado na época da definição dos fatores de ponderação do FUNDEB em 2007.

Em quarto lugar – e para fazer justiça –, o esforço de construção de um indicador denominado Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) coube a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, em um esforço que contou com a ativa e essencial participação do professor José Marcelino Rezende Pinto (USP – Ribeirão Preto) e de Denise Carreira, coordenadora da rede entre 2003 e 2006.

Em 2002, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação decidiu deflagrar um processo de discussão, sistematização e síntese sobre o Custo Aluno-Qualidade. Assim, promoveu oficinas em 2002, 2003 e 2005, reunindo em intensos debates especialistas, lideranças da sociedade civil, membros de comunidades escolares e autoridades governamentais das esferas municipal, estadual e federal. A Oficina 1 foi sobre Qualidade e Insumos (2002), a Oficina 2 sobre Qualidade e Equidade (2003) e a Oficina 3 sobre Metodologia de Cálculo do Custo Aluno-Qualidade (2005). Como resultado dos debates, a rede decidiu incluir o “i” ao CAQ, criando o CAQi (ou Custo Aluno-Qualidade Inicial). Ele trata do padrão mínimo de qualidade, um padrão de dignidade e de garantia do processo de ensino e de aprendizagem nas escolas brasileiras, ambos ainda tão distantes no Brasil.

Vale aqui reiterar e insistir: na prática, publicado em 2007, mas debatido inúmeras vezes antes dessa data, o estudo do CAQi da Campanha Nacional pelo Direito à Educação foi o primeiro trabalho que abordou a questão do custo por aluno ao ano com base em um referencial de qualidade. A rede inventou o helicóptero – o CAQ – ao construir o único modelo de helicóptero existente, com base em valores de insumos – o CAQi.

Em outras palavras, ao criar o CAQi, a Campanha trouxe à sociedade o único estudo no Brasil sobre CAQ, dispondo um padrão de qualidade e apresentando seus respectivos valores. E ainda não há outro equivalente, para contrariedade de alguns! E após construir o CAQi, a rede

se prepara para propor uma fórmula mais robusta ao CAQ, saindo do padrão mínimo de qualidade e alcançando o padrão de qualidade...

Em quinto lugar, ao ser assumido pela Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2010, por proposição da própria Campanha, o CAQi, que é um mecanismo criado pela rede e até então defendido somente por ela, passou a ser patrimônio de toda a comunidade educacional. E um compromisso a ser assumido por todos.

Vale lembrar que antes disso, em 2008, o Conselho Nacional de Educação se debruçou sobre o tema, por meio de uma parceria com a própria Campanha Nacional pelo Direito à Educação. O órgão normatizou o CAQi. Ou seja, graças ao trabalho árduo e qualificado da rede, hoje o CAQi faz parte da gramática da política pública brasileira, ao conquistar – inclusive! – a atenção de um órgão de Estado. Diante disso tudo, seria honesto e justo reconhecer o mérito de quem o tem, especialmente pelo fato da Campanha ser parte da sociedade civil. Ver uma proposta cunhada fora do governo ganhando o espaço público é um alento e uma esperança à frágil democracia brasileira.

De 2002 até aqui, passadas muitas batalhas, especialmente depois da CONAE de 2010, o CAQi se tornou um patrimônio assumido por muito mais atores sociais. Porém, alguns insistem em desqualificá-lo. Inclusive, por falta de argumentos bons, questionam o lindo papel desempenhado pela rede da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Contudo, ao constar da Lei do PNE (Lei 13.005/2014), o CAQi se tornou patrimônio de todos os brasileiros que têm direito à educação pública de qualidade.

Sempre é necessário insistir que um processo de constituição de uma ferramenta política é feito a várias mãos. Faço aqui uma pergunta retórica: este processo poderia ter tido um momento decisivo na produção que ensejamos em nossa gestão no INEP, no início do governo Lula? Poderia, claro que sim!

No entanto, infelizmente, questões internas ao governo e a conjuntura política da época não permitiu que o estudo tivesse a devida continuidade e amadurecesse. É certo que, com o tempo, ele poderia se tornar uma ferramenta. Mas não fizemos isso com a pesquisa encomendada à Nalú e ao Verhine, inclusive coordenada internamente por José Marcelino Rezende Pinto – o mesmo que colaborou e colabora com a Campanha. É uma pena, mas não fomos nós...

Uma conquista da sociedade civil

O crédito, caso isso seja tão relevante para o debate atual, cabe – sem sombra de dúvida! – à parceria criada entre a Campanha Nacional pelo Direito à educação e o professor José Marcelino, costurada inicialmente por Denise Carreira e continuada por Daniel Cara, atual coordenador da rede e responsável pela estratégia social e política em favor do CAQi.

Até aqui o processo estabelecido é rico, marcado pela participação social e que teve a virtude de construir parâmetros, matrizes e cálculos. E mais, além de pensar no helicóptero, esta rede de entidades e movimentos correu atrás de convencer a todos nós da área da educação de que a aeronave é útil e deve se tornar operacional – visto todos pareciam satisfeitos com o

FUNDEB, substituto do Fundef (e como curiosidade: boa parte das qualidades do Fundeb também se devem à Campanha, que incidiu com sucesso na criação e regulamentação do fundo!).

Pode ser duro para alguns, mas no início dos anos 2000 o Governo Lula perdeu a oportunidade de tornar operacional o padrão mínimo de qualidade – e eu era governo na época! Agora, quando a sociedade civil o definiu, com muita garra e capacidade técnica, após inúmeras batalhas vitoriosas... querem tirar justamente isso dela.

Sugiro às pessoas ou aos setores governamentais, sindicais, acadêmicos e partidários que não aceitam os fatos e reivindicam injustamente a paternidade do CAQi, que assumam a linda e necessária tarefa de – junto com a Campanha – buscar meios para o Brasil produzir o helicóptero da educação em larga escala, tornando seu funcionamento sustentável. Ou seja, ajudem para que o CAQi chegue às escolas e redes públicas, garantindo educação de qualidade para todos e todas.

Afinal, sempre, os benefícios do CAQi serão de domínio público. Aliás, a patente agora é de domínio público. E sempre foi essa a intenção da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Só não vê quem não quer.

(***)

Luiz Araújo é professor da Faculdade de Educação da UnB e doutor em políticas públicas em educação (USP). Foi assessor de financiamento educacional (2004-2006) e consultor da Undime Nacional (2010/2011), presidente do Inep (2003-2004) e secretário de educação de Belém (1997-2002).